

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

FLÁVIA MENEGAZZI MAFFEI

JOGO DO PATRIMÔNIO:

Como a juventude pode interagir na defesa dos patrimônios dos municípios de
Garopaba e Imbituba

GAROPABA

2021

FLÁVIA MENEGAZZI MAFFEI

JOGO DO PATRIMÔNIO:
COMO A JUVENTUDE PODE INTERAGIR NA DEFESA DOS PATRIMÔNIOS DOS
MUNICÍPIOS DE GAROPABA E IMBITUBA

Trabalho de conclusão de curso do campus Garopaba do Instituto Federal de Santa Catarina para a obtenção do diploma de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Juliani Brignol Walotek

GAROPABA

2021

Maffei, Flávia Menegazzi

M187j Jogo do patrimônio: como a juventude pode interagir na defesa dos patrimônios dos municípios de Garopaba e Imbituba / Flávia Menegazzi Maffei ; orientadora: Juliani Brignol Walotek. -- 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Garopaba, 2021. Inclui bibliografias

1. Patrimônio cultural. 2. Educação patrimonial. 3. Educação ambiental. 4. Garopaba. 5. Imbituba. I. Walotek, Juliani Brignol. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. IV. Título.

CDD 363.690981

FLÁVIA MENEGAZZI MAFFEI

**JOGO DO PATRIMÔNIO: COMO A JUVENTUDE PODE INTERAGIR NA DEFESA
DOS PATRIMÔNIOS DOS MUNICÍPIOS DE GAROPABA E IMBITUBA**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em Tecnólogo em Gestão Ambiental, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Garopaba, 14 de abril de 2021.



Prof.ª Juliani Brignol Walotek

Orientadora

Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Garopaba

Prof.ª Tatiane Melissa Scoz

Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Garopaba

Prof. Viegas Fernandes da Costa

Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis

"Em função da suspensão das atividades presenciais no IFSC durante a pandemia de COVID-19, os TCCs foram apresentados de forma remota, portanto as assinaturas físicas foram substituídas por e-mails enviados pelos membros da banca, dispostos a seguir.

Tatiane Melissa Scoz

Para: Juliani walotek

Re: ficha de avaliação e Ata da Flávia

Olá Juliani,

De acordo com o resultado e com as considerações na ficha de avaliação e na ATA.

Abraços,
Tatiane

[Ver Tudo](#) de Juliani walotek

--

Tatiane Melissa Scoz
Prof^a de Sociologia
Ma. em Antropologia Social

Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Garopaba
R. Maria Aparecida Barbosa, 153 - Campo Duna, Garopaba - SC, 88495-000.
<http://www.garopaba.ifsc.edu.br/>
(48) 3254-7372

Olá Professora Juliani, saudações!

Considerando o TCC e a defesa da acadêmica Flávia Menegazzi Maffei, ocorrida no dia 14/04/2021, de cuja Banca participei na condição de avaliador, acuso ciência e concordância com a aprovação do trabalho da acadêmica e com o teor da ficha de avaliação e da ata pública.

Atenciosamente,

Prof. Viegas Fernandes da Costa.

Em 14 de abr de 2021, às(s) 20:43, Viegas Fernandes da Costa <viegas.costa@ifsc.edu.br> escreveu:

Acuso recebimento e aceite.

Abraço,

Prof. Viegas Fernandes da Costa

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária”

(Paulo FREIRE, 1970).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Cláudia Rosana Menegazzi Maffei e Oswaldo Maffei Júnior, por todo o apoio, carinho e força durante todas as etapas da minha vida, em especial minha mãe que me ensinou ser uma mulher forte, determinada e corajosa. Agradeço a minha avó Ruth Maciel Menegazzi e em memória meu avô Benedetto Menegazzi, que sempre foram o meu porto seguro, e não mediram esforços para auxiliar a minha caminhada. A minha irmã, Júlia Menegazzi Maffei, grande parceira de vida, e uma das maiores incentivadoras que eu tenho. A minha grande amiga e irmã de alma, Viviane Villela Zangrossi, por transmitir tanta força, amor e cuidado em todos os momentos da minha vida. Ao meu marido, Cássio Cademartori Minghelli, que não permitiu que eu desistisse desse curso, que me apoiou e lutou ao meu lado para que eu pudesse me formar e realizar esse sonho.

Quero agradecer também a minha orientadora, Juliani Brignol Walotek, por toda a paciência e ensinamentos tão valiosos para minha formação. Aos professores, João Henrique Quoos e Viegas Fernandes da Costa, que mostraram a importância da educação e do respeito, além de serem grandes exemplos de seres humanos. À professora Elisa Serena por tantos aprendizados na educação ambiental.

O meu muito obrigada pelas amigas, Denise Silveira, Cris Bossoni e Morgana Kretzmann, que fiz durante esse curso, e que me deram força para seguir em frente, e nunca soltaram a minha mão, e um agradecimento especial a amiga Gabriela Almeida, que lutou ao meu lado diversas vezes, inclusive na entrega desse trabalho.

Agradeço a minha terapeuta, anjo da guarda e amiga tão amada, Nilce Cattassini, que anos atrás me alertou sobre o meu imenso amor pelo meio ambiente, e mostrou que nunca é tarde demais para trilhar o caminho que verdadeiramente amamos.

Finalmente, meu último agradecimento, ao meu bebê Benjamin que, infelizmente e com muita dor no corpo e na alma, perdi durante o processo desse trabalho, que me mostrou a importância da vida e do amor mais profundo que existe, o materno.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da educação patrimonial e ambiental dos municípios catarinenses de Garopaba e Imbituba. Além da discussão, o trabalho visa o desenvolvimento de um jogo da memória sobre alguns patrimônios, registrados e não registrados, dessas regiões em estudo. O jogo tem como principal objetivo apresentar os patrimônios e ensinar a importância de preservá-los. Foram escolhidos dez patrimônios e desenhados pela artista Gisele Frank. Ao todo serão vinte cartas, já que o jogo da memória é realizado em pares, e contará também com um QR code, que direciona o jogador para uma página na web com informações sobre cada patrimônio cultural contido nas cartas. Essa escolha metodológica de inserir as cartas numa plataforma digital veio em função da pandemia do COVID 19 que impossibilitou a execução do jogo nas escolas, além da importância de inserir nas escolas a interação com aplicativos multimídia.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; Educação patrimonial; Educação ambiental; Garopaba; Imbituba.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of heritage and environmental education in the municipalities of Santa Catarina, Garopaba and Imbituba. In addition to the discussion, the work aims to develop a memory game about some heritage, registered and unregistered, of these regions under study. The main objective of the game is to present the assets and teach the importance of preserving them. Ten heritage sites were chosen and designed by artist Gisele Frank. Altogether there will be twenty cards, since the memory game is played in pairs, and will also have a QR code, which directs the player to a web page with information about each cultural heritage contained in the cards. This methodological choice of inserting the cards on a digital platform was due to the pandemic of COVID 19 that made it impossible to play the game in schools, in addition to the importance of inserting interaction with multimedia applications in schools.

Keywords: Cultural heritage; Heritage education; Environmental education; Garopaba. Imbituba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA- BF – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
CEDUC – centro de apoio operacional de defesa da educação
CNSA/SGPA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
DPI – Departamento do Patrimônio Imaterial
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FEPESC – Federação dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC – Indústria Carboquímica Catarinense
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INDL – Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
RESEX – Reserva Extrativista
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS	15
OBJETIVO GERAL	16
OBJETIVO ESPECÍFICO	16
DESENVOLVIMENTO	17
PATRIMÔNIO CULTURAL	18
PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	19
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	21
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	22
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23
DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL	25
ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS.	27
GAROPABA	27
IMBITUBA	Error! Bookmark not defined.
METODOLOGIA	34
REGRA DO JOGO DA MEMÓRIA	34
CARTAS	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE I	50
APÊNDICE II	57
APÊNDICE III	60Error! Bookmark not defined.

INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que este trabalho foi realizado nos anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia da Covid-19, impedindo o acesso à biblioteca do campus e de realizar as devidas pesquisas e trocas com a comunidade, professores e colegas.

O objetivo deste trabalho é discutir a importância da educação patrimonial e ambiental dos municípios catarinenses de Garopaba e Imbituba. Além da discussão, o trabalho visa o desenvolvimento de um jogo da memória sobre alguns patrimônios, registrados e não registrados, dessas regiões em estudo, com foco nos patrimônios culturais dos municípios de Garopaba e Imbituba. Os municípios estão localizados no litoral Sul de Santa Catarina, e sua população estimada é de 23.579 habitantes, para Garopaba, e 45.286 habitantes para Imbituba. (IBGE, 2020).

A escolha dos patrimônios foi realizada para abranger diferentes tipos de classificações de patrimônios e mostrar a grande diversidade nos municípios. O jogo direciona para um site que explica individualmente cada carta e a história de cada município. O intuito é despertar o interesse das crianças, e servir de ferramenta de apoio para pais e professores no processo de aprendizado.

Atualmente nas escolas, a educação patrimonial e ambiental ainda pouco abordada, carece de metodologias de aprendizado. Dentro desse contexto, o jogo serve como uma ferramenta ao despertar interesse para os patrimônios das regiões estudadas.

Segundo Bastos (2010), a relação do registro arqueológico no Brasil ligado com as categorias de memória social, cidadania e conhecimento arqueológico libertário sempre encontrou dificuldade para ocupar um espaço relacional dentro da disciplina arqueológica. A tradição de pesquisa arqueológica brasileira é auto-explicativa, pois a construção do nosso passado, seja por influência americana, seja, um pouco mais tarde, pela influência francesa, sempre esteve ligada a uma pré-história sem vínculos de identidade com os nossos povos indígenas.

Para muitos, a arqueologia é uma disciplina que não deve deixar os muros acadêmicos, mas sim constituir-se numa carreira universitária; para outros, constitui-

se numa forma de engajar-se num emprego público em órgãos de gestão como In; para poucos e raros seguidores, é um combate. Com a perspectiva de instrumentalizar o combate pela cidadania e transformar a memória em conhecimento emancipatório, que tomamos como opção o fazer arqueológico, nossa história em torno da disciplina arqueológica tem sua origem uma ausência absoluta de comprometimento com a memória social e a construção da cidadania. O conhecimento de qualquer natureza deve ser compartilhado para a solidariedade humana em busca de novas formas de convivência que busquem a justiça e a paz. Não existe paz sem justiça social. Todo conhecimento deve ser emancipatório. (BASTOS, 2010)

O conhecimento emancipatório é o conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo. Essas duas características (o carácter local e o carácter argumentativo) são inseparáveis, visto que não pode haver discurso argumentativo dentro de comunidade interpretativas, os auditórios relevantes da retórica (BASTOS, 2010).

A necessidade de trazer o patrimônio cultural como protagonista desse trabalho, veio através da observação do turismo desenfreado nas regiões e com o desejo de educar e conectar jovens com as regiões.

Segundo Ismério (2015) o conceito de desenvolvimento regional tornou-se cada vez mais um assunto presente nas reflexões e debates acadêmicos, tanto para propor estratégias de desenvolvimento sustentável como para difundir seu conceito. Da mesma forma, a dimensão sociocultural tornou-se um fator de grande importância para que se atinja o desenvolvimento endógeno, porque estão contidos os valores, tradições e mentalidade, elementos que identificam e permitem um conhecimento mais significativo. No novo paradigma do desenvolvimento, o ser humano tornou-se o vetor do processo de sustentabilidade da região, com isso a peça chave para a formação deste agente transformador do conhecimento é a Educação Patrimonial. Este estudo objetiva salientar que projetos voltados à Educação Patrimonial são fundamentais para promover a preservação do patrimônio e o desenvolvimento sustentável de uma região. A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural, uma vez que possibilita um conhecimento com profundidade e a apropriação consciente dos valores e significados. Preserva-se

aquilo que se conhece, portanto, é necessário reconstituir o patrimônio e educar a sociedade para que esta possa valorizar sua história, pois quem preserva sua história não perde sua identidade.

2. OBJETIVOS

2.1.OBJETIVO GERAL

Ressaltar a importância e a valorização dos patrimônios de Garopaba e Imbituba, desenvolvendo um jogo da memória sobre educação patrimonial e ambiental, que seja um facilitador de conhecimento e um instrumento para apresentar os diversos patrimônios culturais, ambientais e da geodiversidade.

2.2.OBJETIVO ESPECÍFICO

- 2.2.1. Identificar diferentes patrimônios culturais e naturais do território;
- 2.2.2. Discutir a importância da educação ambiental e patrimonial, e unir ambos conceitos para o desenvolvimento do jogo;
- 2.2.3. Desenvolver um processo de pensamento criativo, promovendo a educação ambiental e patrimonial que possa conectar as crianças aos patrimônios culturais e naturais existentes no território;
- 2.2.4. Desenvolver um jogo da memória sobre educação patrimonial e ambiental, dos municípios de Garopaba e Imbituba;
- 2.2.5. Criar um QRCode para o jogo e desenvolver uma plataforma online com todos os patrimônios culturais e naturais.

3. DESENVOLVIMENTO

As alterações na sociedade levaram a mudanças drásticas na compreensão de patrimônio:

[..] os próprios conceitos de meio ambiente e cultura sofreram alterações. O meio ambiente e a cultura foram, muitas vezes, valorizados por seu caráter único e excepcional. Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio. Uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade. Assim, compõem o patrimônio cultural não apenas as fantasias do carnaval, como também as melodias, os ritmos e o modo de sambar, que são bens imateriais. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 24-25)

Sobre a Unesco e o Patrimônio cultural da humanidade:

A chancela da Unesco dá aos sítios um emblema de patrimônio mundial que constitui um atrativo cultural e econômico, tanto para as regiões e países em que os sítios se localizam como para o importante fluxo de turismo cultural e ecológico. O turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade.” (UNESCO apud FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 26)

Nas últimas décadas do século XX ocorre um alargamento da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural:

A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 31-32)

Apesar do esforço do Iphan em preservar o patrimônio brasileiro, não podemos ignorar o fato de que a legislação referente a esse tema se baseou na observância da função social da propriedade, restrita à conservação de bens móveis e imóveis considerados memoráveis para a história do país. Os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegados ao esquecimento. Tal premissa foi alterada mais de 60 anos após a criação do Iphan, mediante a implantação do Decreto n. 3.551/2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial. (FUNARI; PELEGRINI, 2006)

Esse trabalho será dividido em três etapas, descritas abaixo:

1ª etapa: Discussão sobre educação ambiental e patrimonial, relacionando-as, para discutir a importância de cada uma e relacionar as duas para o desenvolvimento sustentável. Descrever o que é desenvolvimento sustentável, patrimônio cultural, paisagístico. Na sequência relacionar de que modo a educação ambiental e cultural dialoga com o patrimônio paisagístico.

2ª etapa: Abranger a história dos municípios de Garopaba e Imbituba, e apontar os problemas do desenvolvimento exógeno.

3ª etapa: Atividade lúdica. Desenvolver um jogo da memória para jovens do ensino fundamental, abordando os principais patrimônios culturais.

4ª etapa: Criação de um QRcode para direcionar o jogador a uma plataforma online, que descreva cada carta do jogo e a história dos municípios estudados.

3.1.PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1988, Art. 216)

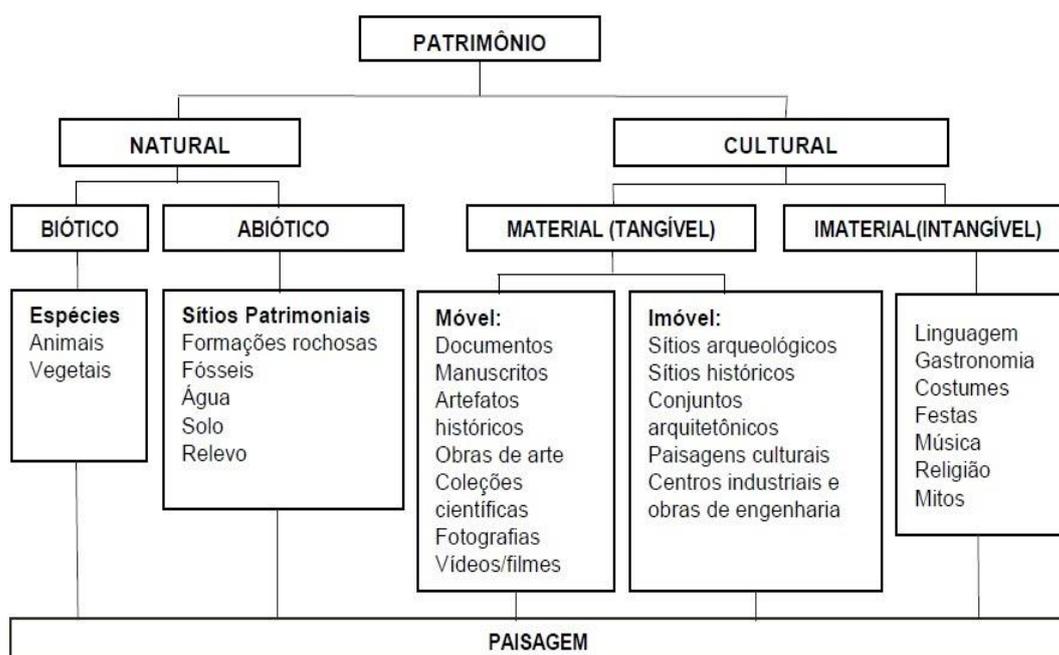
Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Iphan zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade. Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, o Instituto possui um vasto conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional.

Trabalhando com esses conceitos e visando facilitar o acesso ao conhecimento dos bens nacionais, a gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial. (IPHAN, 2014)

3.2.PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

As diferentes categorias de patrimônio. Fonte: Cecchin (2019, p.50).



Fonte: Adaptado de (SCIFONI, 2008).

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2014)

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definem como patrimônio imaterial

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2021)

Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a

Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (IPHAN, 2014)

3.3.PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Reconhecidos como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União. Também são considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha. além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.

São passíveis de processo judicial por danos ao patrimônio da União e omissão, por exemplo, os proprietários de terras que encontrarem qualquer achado arqueológico e não comunicarem ao Iphan no prazo de 60 dias. Todos os sítios arqueológicos têm proteção legal e quando são reconhecidos devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Com a criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) o Iphan atendeu à necessidade de

fortalecimento institucional da gestão desse patrimônio, normatizada pelo Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009. Cabe ao CNA, a elaboração de políticas e estratégias para a gestão do patrimônio arqueológico, a modernização dos instrumentos normativos e de acompanhamento das pesquisas arqueológicas que, em duas décadas, aumentaram de cinco para quase mil ações por ano.

Entre as principais atividades do Centro estão o desenvolvimento de ações de acautelamento (tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico), a autorização e a permissão para realização, acompanhamento e fiscalização de pesquisas arqueológicas; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico. O instrumento central para orientação dessas ações é o Plano Diretor Estratégico, que deve estabelecer a política nacional para o patrimônio arqueológico quanto à identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização, incluindo um modelo institucional de gestão e um programa de tombamento de bens de natureza arqueológica, dentre outras ações. (IPHAN, 2021)

3.4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.

Mas o que é Patrimônio Cultural? São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdaram dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso "Patrimônio Vivo": artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões

artísticas e religiosas, jogos etc. É com todo esse Patrimônio, material, imaterial, consagrado e não consagrado que podemos trabalhar num processo constante de conhecimento e descoberta (GRUNBERG, 2007).

A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação), as autoras Horta, Grunberg e Monteiro (1999), escrevem na cartilha de educação patrimonial a partir de uma proposta metodológica que a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. De acordo com as autoras, Educação Patrimonial consiste em um “‘processo permanente e sistemático’, [...] centrado no ‘Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo’” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6), cuja metodologia se aplica a

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento, um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

3.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo a lei Lei 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências: A Educação Ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. São princípios básicos da Educação Ambiental:

I. O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.

II.A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

III.O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV.A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V.A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI.A permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII.A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII.O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I.O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II.A garantia de democratização das informações ambientais;

III.O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV.O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V.O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI.O fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;

VII.O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.”

4. DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Sabendo a definição sobre educação ambiental e patrimonial, será iniciada a discussão neste trabalho sobre a importância de trabalhar os dois conceitos em conjunto, com foco nos estudantes do ensino fundamental dos municípios catarinenses de Garopaba e Imbituba.

Atualmente, o Centro de apoio operacional de defesa da educação (CEDUC), defende que a Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2021).

É importante ressaltar que preservar a cultura é o caminho para a conservação, é nesse ponto que unimos a educação patrimonial e ambiental. Preservar a cultura envolve o meio que ela está inserida. Um bom exemplo seria a baleia franca, que é considerada um patrimônio natural e para preservá-la precisamos compreender a importância da preservação do meio em que ela vive, e que está inserida dentro da educação ambiental.

Tendo em vista que o jogo da memória possa conectar os estudantes aos patrimônios, é imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhecem suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como

consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária” (FREIRE, 1970).

5. ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS.

5.1.GAROPABA

Os aspectos históricos dos municípios de Garopaba e Imbituba, aqui apresentados, foram resumidos da dissertação do professor Viegas Fernandes da Costa em 2016.

Garopaba surgiu no projeto de colonização do litoral catarinense em 1793, com a fundação de uma armação baleeira. As armações baleeiras constituíram-se como o principal empreendimento manufatureiro do período colonial no litoral catarinense e, segundo Elis (1969 apud RAIMUNDO, 2013, p.3), a pesca da baleia “foi atividade que mais articulou economicamente a faixa litorânea e agregou um grande número de escravos, que representavam um investimento de capital para as armações”. As armações baleeiras, com suas estruturas complexas compostas por trapiches, tanques, engenho de frigar, fornalhas, senzalas e casa grande processavam os cetáceos, de cuja gordura era extraído o óleo utilizado na iluminação e das barbatanas confeccionavam-se espartilhos. A carne possuía pouco valor e era vendida ou distribuída à população mais pobre. A borra (resíduos ou mucilagem acumulada no fundo dos tanques) era utilizada como componente de argamassa na construção civil. (COSTA, 2016 apud BITTENCOURT, 2005).

Nas armações baleeiras o uso do trabalho escravo de origem africana era intenso, principalmente nas atividades em terra (RAIMUNDO, 2013). Durante o século XIX os escravos e seus descendentes representam parcela significativa da população da freguesia de Garopaba, conforme dados publicados por Besen (1996). Ainda hoje a presença de afrodescendentes é bastante significativa no município, resultando inclusive no reconhecimento de dois quilombos (Aldeia e Morro do Fortunato).

É a partir da armação baleeira que se intensifica a ocupação humana de Garopaba, especialmente pelo elemento açoriano, que se dedicou às atividades pesqueiras e agrícolas, e pelo elemento italiano a partir do início do século XX. A cultura de base açoriana que se estabelece na região, dedica-se à pesca e à agricultura e constrói uma rede de atividades comunitárias que fortalecem o

sentimento de identidade local, algumas delas subsistindo, como a prática da farinhada, a festa do Divino Espírito Santo e a pesca da tainha (COSTA, 2016).

Em 1890 ocorre o desmembramento de Garopaba de São José e sua elevação a município, perdendo esta condição em 1923, quando passa pertencer a Imbituba, sendo anexado em 1930 ao município de Palhoça na condição de distrito. Segundo Valentim (2007 apud COSTA, 2016), a anulação da emancipação de Garopaba ocorreu por decisão do governador Hercílio Luz, que supriu municípios deficitários e onerosos para o governo estadual, o mesmo ocorrendo com Imbituba em 1930. Em 1961 o distrito de Garopaba é novamente emancipado. (VALENTIM, 2007 apud COSTA, 2016)

Na década de 1960 o governador Ivo Silveira contratou o fotógrafo Manfredo Hubner para fotografar a construção da sede da colônia de pescadores. Hubner era um militar gaúcho e retornou outras vezes à cidade, trazendo consigo amigos jornalistas que começaram escrever reportagens sobre a cidade para jornais do Rio Grande do Sul. Segundo Alvim (2014), Garopaba começou a ser divulgada, especialmente no Rio Grande do Sul, como um lugar em que era possível escapar da vigilância e da repressão comum aos anos 70. Ainda segundo ela, produtos culturais como a canção “Deu pra ti” gravada por Kleiton e Kledir em 1981, e o filme “Deu pra ti anos 70”, dirigido por Giba Assis Brasil e Nelson Nadotti também em 1981, divulgavam Garopaba como um lugar especial e místico, “[...] um lugar de liberdade para uma geração reprimida de uma cidade” (ALVIM, 2014, p. 221), nesse caso, Porto Alegre. É esta imagem que começa a atrair para a cidade uma grande quantidade de turistas jovens, adeptos da contracultura e da prática do surfe.

Exaltava-se da cidade seu ritmo sossegado, bucólico, a natureza exuberante, o estilo de vida antigo, a sabedoria dos homens do mar e o equilíbrio da relação homem/natureza. (...) Garopaba aparecia com certa frequência como sugestão de lugar de veraneio e, ao que parece, a pouca infraestrutura da cidade no início daquela década não era vista como um empecilho. O rústico, neste caso, é visto como positivo. (ALVIM, 2014)

No final da década de 1970, tem início a explosão demográfica de Garopaba. O movimento migratório, provindo principalmente do Rio Grande do Sul, dobrou a população local entre 1977 e 2014, alterando profundamente a paisagem. De pequena cidade dedicada à pesca artesanal, à agricultura e ao extrativismo da

madeira, transformou-se em importante balneário e polo de atração populacional. Sua malha urbana se expandiu horizontalmente, avançando sobre áreas até então ocupadas por pastagens e florestas, e seu centro histórico, antiga armação baleeira em torno da qual se espalhou a antiga vila de pescadores com seu casario de arquitetura de base açoriana e ruas estreitas, é hoje alvo do processo de gentrificação.

Para além das transformações da paisagem urbana, estão as alterações da paisagem cultural. Saberes e fazeres tradicionais foram perdendo espaço. Práticas comunitárias como a farinhada e a pesca artesanal da tainha, importantes elementos identitários, tornam-se cada vez menos comuns no cotidiano garopabense. A forte imigração alterou radicalmente a dinâmica do sistema cultural local.

Conforme apontado por Laraia (1986), a mudança cultural pode ser operada por dinâmicas internas e externas, representadas pela explosão demográfica resultante não de um crescimento vegetativo, mas do movimento migratório, promoveram uma rápida e intensa reconfiguração da paisagem cultural local a partir da década de 1980, especialmente após a pavimentação da rodovia SC-434, que liga a cidade à rodovia BR-101. Esta reconfiguração da paisagem cultural resultou em uma ruptura entre o cotidiano e as referências simbólicas dos moradores antigos para as populações recentes, muito mais numerosas, provocando a desterritorialização da cultura tradicional e a alteração da base econômica do município. Fenômeno que se intensifica nas décadas seguintes.

[Garopaba] tuvo un alarmante crecimiento de su población urbana del 193% desde el año 1991 hasta el 2010, lo que indica una estrecha relación con el fuerte movimiento inmigratorio hacia este litoral (...). Por otro lado, investigaciones anteriores demuestran que el crecimiento urbano también supuso un detrimento de la actividad rural regional, la cual cambió la dirección de sus esfuerzos hacia actividades relacionadas con el turismo de masas. (SPERB; SERVA; FIRMINO, 2013, p. 49, grifo do autor).

Este “alarmante crescimento populacional” implica, portanto, em mudanças na base econômica da cidade e na própria distribuição das propriedades, que deixam de pertencer aos seus moradores tradicionais.

A rápida valorização imobiliária traz uma grande circulação econômica e no curto espaço de tempo. Entre a chegada da energia elétrica em 1966 e o asfalto em 1986, 60% de Garopaba já não pertencia aos seus moradores. (SOLLER; CASTROGIONANNI, 2014, p. 201, grifo do autor).

Naquilo que tange ao patrimônio cultural de Garopaba, a intensa e recente alteração da paisagem humana local e o processo de gentrificação podem significar a destruição de importantes marcos paisagísticos e simbólicos, bem como a eliminação de saberes, fazeres e sensibilidades tradicionais. Isto ocorre não tanto pela irrupção dos recentes elementos culturais exógenos, mas principalmente pela ausência de uma política municipal que garanta a preservação do patrimônio cultural local, bem como a inexistência de equipamentos públicos culturais.

5.1.1. Imbituba

Imbituba tem origem na vila açoriana de Vila Nova de Santana, fundada em 1720, com a chegada dos primeiros imigrantes provenientes do arquipélago dos Açores. Em 1811, Vila Nova de Santana é elevada à freguesia de Laguna e, em 1911, distrito de Laguna. Após variar sua denominação entre Vila Nova, Imbituba e Henrique Lage, o distrito é desmembrado de Laguna e elevado à condição de município em 1958 sob o nome de Henrique Lage e, em 1959, passando a se chamar Imbituba.

Assim como em Garopaba, Imbituba também assume importância econômica a partir da instalação de uma armação baleeira em 1796, a quarta mais antiga do Brasil e a última a sair de operação¹. A pluralidade étnico-cultural de Imbituba torna-se mais complexa a partir da década de 1910, quando passa a fazer parte do império industrial de Henrique Lage e desenvolve as atividades ferroviárias e portuárias (MARTINS, s.d.), fato que atrai mão de obra externa.

Desde 1884, com a inauguração da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, passou a ligar as minas de Lauro Müller à região portuária, o porto de Imbituba serviu como escoadouro do carvão mineral tanto para o mercado brasileiro quanto para o exterior. Antes da concessão ao empreendedor Henrique Lage, o porto estava sendo administrado pelo capital inglês, que explorava também a mineração. A baixa qualidade do carvão catarinense, entretanto, incentivou os ingleses a abandonar a mineração no sul catarinense e, consecutivamente, relegou o porto de Imbituba ao

¹ A armação baleeira encerrou suas atividades em Imbituba em 1973.

abandono (GOULART FILHO, 2013). Esta situação de abandono perdurou até a I Guerra Mundial, momento em que a necessidade de recursos energéticos reativa a mineração de Santa Catarina.

Em 1919 o industrial Henrique Lage obteve a concessão para exploração do porto de Imbituba. Além de ampliar e equipar o porto, Henrique Lage promoveu uma série de investimentos que criaram infraestrutura para seus negócios em Imbituba e introduziu na região um projeto de modernização urbana da região central. Como era também proprietário de uma Companhia de Navegação Costeira, transformou Imbituba em escala dos seus navios com destino a Porto Alegre e ao Uruguai. O desembarque de passageiros resultou na construção do primeiro hotel, em 1920. Entre 1920 e 1941, ano da morte de Henrique Lage, foram construídos com seu capital a indústria Cerâmica Imbituba, a Companhia Doca de Imbituba, a Granja Henrique Lage, a usina termelétrica para fornecimento de energia elétrica ao porto e aos seus negócios e o traçado do núcleo urbano de Imbituba, entre outras obras.

Atualmente, Imbituba referencia o Henrique Lage como seu fundador, homenageando a si e aos seus colaboradores diretos com os nomes de logradouros e edifícios públicos. É importante ressaltar que o projeto implementado por Lage na cidade, tendo como centro a atividade portuária, não dialogou com a cultura de base açoriana das primeiras vilas (Vila Nova e Vila Mirim), tratando-se assim de uma proposta de desenvolvimento exógena. O desenvolvimento econômico de Imbituba passou a depender do porto que exporta o carvão que era explorado no sul do estado.

Esta dependência de cidade em relação ao porto, que por sua vez dependia do carvão, fez com que a economia de Imbituba oscilasse de acordo as políticas de incentivo à indústria carvoeira, como no caso da política de Getúlio Vargas, que em 1931 estabeleceu uma cota de obrigatoriedade de consumo do carvão brasileiro de 10%, em 1937 elevada para 20% (GOULART FILHO, 2013). No final da década de 1980, com a abertura da economia brasileira à concorrência internacional promovida no governo de Fernando Collor de Mello, a exportação carvoeira declina e chega a zero em 1990.

Com o objetivo de aproveitar os rejeitos do carvão, em 1969, foi fundada em Imbituba a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), uma estatal pertencente ao Grupo Petrofértil, que produziu insumos para indústria de fertilizantes a partir do

enxofre extraído da pirita carbonosa (rejeito do carvão), derivando o ácido sulfúrico somado ao ácido fosfórico. A construção da ICC, inaugurada em 1979, fazia parte dos objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Para descarregar a rocha fosfática, matéria-prima para a produção do ácido fosfórico, e para escoar toda a produção de ácido sulfúrico e fosfórico, o porto de Imbituba foi ampliado. A indústria operou apenas entre 1979 e 1992, sendo definitivamente extinta em 1994, e não promoveu o desenvolvimento social que prometeu para a cidade. Os postos de trabalho que abriu para a população local eram de baixo valor agregado e seu fechamento legou significativos passivos ambientais e sociais.

[...] logo no início de seu funcionamento, a maioria da mão de obra utilizada na indústria vinha de cidades vizinhas, como técnicos, engenheiros, equipe mecânica entre outros, já que a cidade local não possuía “mão de obra qualificada”, o que gerou certa frustração entre os moradores. Os que conseguiram se estabelecer como funcionários entraram através de concursos, recebendo o treinamento teórico/prático durante os três primeiros meses de trabalho, ou em serviços que não exigissem conhecimentos técnicos. Vale ressaltar que não houve nenhum incentivo para que fossem capacitados trabalhadores da cidade antes do início das operações da ICC (...)] (SOUZA, 2017, p.102, grifo do autor).

(...) a cidade foi marcada pela “maldição da fumaça vermelha” (SOUZA, 2007, p. 104, grifo do autor)., denominada assim, pois logo no início de seus trabalhos não podia contar também com a chaminé, principal responsável pela filtragem dos gases. A cidade acordava todos os dias coberta por uma fuligem grossa de pó vermelho, consequência da primeira etapa do beneficiamento da pirita carbonosa, gerando como resíduo o óxido de ferro, que principalmente em dias de vento nordeste, espalhava-se por toda a região central.

Ainda hoje é possível ver as montanhas de óxido de ferro dispostas em área próxima ao porto e o espólio da ICC em péssimo estado de conservação. Atualmente indústrias estão beneficiando parte do resíduo para a produção de gesso. Importante ressaltar, novamente, que a ICC foi imposta a partir do Estado para o município a partir de um plano de desenvolvimento nacional, visando o aproveitamento do porto. Após o fechamento da ICC, o governo brasileiro criou na cidade uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que até o momento não se efetivou.

A cidade de Imbituba sempre teve uma estreita relação com o porto e apostava na expectativa de investimentos externos. Primeiro foi a tentativa de construção da Siderúrgica Santa Catarina S.A. (Sidesc), que se transformou em ICC.

A ICC encerrou suas atividades em 1994 e deixou um grande passivo ambiental de mais de 4.300.000 t. de gesso e 1.400.000 t. de óxido de ferro. Em seguida foi o projeto Sidersul, que, entre 1979 e 1982, consumiu mais de US\$ 24.000.000,00 do governo estadual e nada foi realizado. A mais recente espera foi a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), criada em 1995 com objetivo de atrair indústrias e integrá-las ao porto. No entanto, na reforma administrativa de 2005 do governo estadual, a ZPE foi extinta. (GOULART FILHO, 2013).

Atualmente o porto vem passando por reestruturações que diversificaram suas operações, operando navios graneleiros e cargueiros, reativando sua importância econômica para Imbituba.

(...) la principal actividad económica de este municipio gira en torno de su puerto, que actualmente es el segundo mas grande del estado y representa una fuente importante de empleo. También depende de la industria, del comercio y del turismo, este último en crecimiento. (SPERB; SERVA; FIRMINO, 2013, p. 47, grifo do autor)

Assim como observado em Garopaba, as alterações da paisagem e o crescimento populacional em Imbituba acarretam na atrofia das atividades econômicas tradicionais e impactam na identidade local. Um exemplo é a pesca tradicional na Lagoa de Ibraquera. Segundo Sperb, Serva e Firmino (2013), em 1992, 800 famílias viviam da pesca tradicional nesta lagoa, número que caiu para 30 em 2003.

6. METODOLOGIA

No presente projeto foram utilizados o seguinte processo para a elaboração do jogo:

- I. Pesquisa sobre os patrimônios dos municípios de Garopaba e Imbituba.
- II. Foi realizada uma seleção para atender aos diferentes patrimônios da região.
- III. Pesquisa sobre os 10 patrimônios selecionados e escolha do texto para cada um.
- IV. Desenvolvimento dos desenhos junto com a artista.
- V. Desenvolvimento da regra do jogo.

A escolha para cada patrimônio iniciou com uma pesquisa no site do IPHAN, para verificar quais patrimônios já são tombados, e depois com uma leitura da dissertação de COSTA (2016), e pesquisas realizadas na região, realizei o curso de condutor ambiental local e educação patrimonial, e esse conhecimento facilitou para a escolha dos patrimônios das regiões.

Devido a situação atual da pandemia, o jogo não pode ser aplicado, por isso surgiu o desenvolvimento da plataforma digital, para transmitir esse conhecimento como ensino a distância.

6.1. Regra do jogo da memória

Este jogo pode ser jogado por um ou mais jogadores. Para começar o jogo, embaralhe as cartas, e coloque-as sobre uma superfície com as figuras voltadas para baixo. O primeiro a jogar deve virar duas cartas e colocá-las para cima para que todos possam vê-las. Se o jogador vira duas cartas que não correspondem, ambas as cartas devem ser viradas para baixo no mesmo lugar. Se o jogador virar um par de desenhos iguais em uma jogada, o jogador ganha o par de cartas e deve ler em voz alta o patrimônio que acaba de ganhar, e ganha a chance de jogar novamente.

O objetivo do jogo é virar o maior número de pares de cartas e descobrir os patrimônios contidos nos municípios. O vencedor é o jogador que reúne o maior

número de pares. No modo de único jogador, o objetivo é identificar todos os pares no menor período de tempo possível.

Ao terminar o jogo, o jogador poderá acessar a página na web ou pelo QR code e descobrir mais sobre cada patrimônio (conforme apêndice) como exemplo: o desenvolvimento do jogo, QR code na capa do jogo, link da plataforma online assim como os 10 patrimônios descritos.

6.2.Cartas

As cartas foram desenvolvidas a partir do estudo de cada município, e selecionado 10 patrimônio. Os desenhos foram desenvolvidos pela artista Gisele Frank, com o nome do patrimônio e sua classificação. Cada detalhe foi estudado com muita atenção, e as cores foram adicionadas para ficarem visualmente atrativas.

A capa do jogo e verso, foram adicionadas as inscrições rupestres já encontradas no estado de Santa Catarina.

Abaixo os dez patrimônios selecionados:

Baleia franca - patrimônio natural

Garopaba e Imbituba estão inseridas na área da APA da Baleia Franca, que se localiza no litoral do sul de Santa Catarina, e foi criada pelo Decreto Federal s/nº em 14 de setembro de 2000. Com uma área de 156 mil hectares, 130 km de costa marítima, abrange nove municípios, desde o sul da ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão.

A Baleia Franca tem um papel muito importante nos municípios de Garopaba e Imbituba. O litoral dessa região é o berçário dessa espécie de baleia, que todos os anos vem para poder acasalar ou ter seus filhotes.

A sua importância é tão grande, que existe uma área de proteção ambiental na região, a APA da Baleia Franca (APA-BF).

A APA da Baleia Franca, conforme seu Plano de Manejo², tem a missão de "promover, de forma participativa, a conservação do patrimônio natural e cultural no território", e sua visão de futuro é "ser um território onde as práticas humanas sejam orientadas por pactos sociais e garantam o alcance dos objetivos estratégicos da APA da Baleia Franca".

A região conta com o turismo de observação de baleia por terra, onde é possível não importunar a espécie, ter uma boa visão, uma vez que a baleia franca fica bem próxima da costa, e observá-las com os condutores ambientais locais.

Morro do índio - patrimônio arqueológico

O Morro do índio está localizado na Praia da Ferrugem, no município de Garopaba. O Morro do Índio é um sambaqui, que não possui nenhuma sinalização ou demarcação para evitar o desgaste causado pelas pegadas humanas.

Segunda Costa (2016), O sítio arqueológico Capão de Garopaba (conhecido pela comunidade local como Morro do índio) embora esteja tipificado exclusivamente como sambaqui no CNSA/SGPA, apresenta oficina lítica associada com bacias de polimento e afiadoras incrustados na rocha diabásio. Os vestígios da oficina lítica podem ser observados concentrados sobre uma plataforma rochosa que adentra ao mar (quando a maré está alta podem ser parcialmente cobertos pela água) e espalhados em fragmentos no entorno do sambaqui, parcialmente encobertos pela areia. Trata-se de uma oficina lítica que ocupa área razoável e apresenta diversidade de estruturas líticas. O sambaqui, ainda que perceptível, está bastante danificado e multilado. Possui monumentalidade, capacidade explicativa, situar-se em paisagem atrativa e com disponibilidade de serviços e ser de fácil acesso são elementos que habilitam enquanto potencial para o turismo arqueológico. Entretanto, a vulnerabilidade dos seus vestígios (intemperismo e ação antrópica), a ausência de equipamentos de interpretação e de proteção dos vestígios e a existência de trilhas não planejadas e orientadas representam complicadores para seu aproveitamento turístico sustentável.

² O Plano de Manejo e seus compêndios estão disponíveis no endereço Plano de Manejo da APA da Baleia Franca está disponível para consulta no endereço <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2236-apa-da-baleia-franca>

Quilombo Morro do Fortunato - patrimônio cultural

As três comunidades quilombolas estão localizadas no litoral centro Sul de Santa Catarina, nos municípios de Garopaba (comunidades Morro do Fortunato e Aldeia) e Paulo Lopes (comunidade Santa Cruz), dentro do domínio Mata Atlântica. A vegetação varia desde áreas de Floresta Ombrófila Densa a áreas de restinga em solo arenoso. Morro do Fortunato foi reconhecida como território Quilombola em 2006, Aldeia em 2010 e Santa Cruz em 2007.³ Mesmo com este reconhecimento, ainda é necessária a delimitação oficial de seus territórios.

(...) Morro do Fortunato (28°01'21"S 48°39'52"O) é a comunidade mais rural, distante cerca de 7 km do centro de Garopaba, está localizada na encosta de um morro e é cercada por vegetação nativa.

(...) Morro do Fortunato é a comunidade com maior quantidade de vegetação nativa no seu território, devido ao aumento da vegetação nas últimas décadas decorrente da diminuição da prática da agricultura e a busca por trabalhos assalariados; (...) (ZANK; ÁVILA; HANAZAKI, 2016)

A comunidade Morro do Fortunato está no topo do Morro do Macacu, que fica aproximadamente 7 Km do centro de Garopaba. Os habitantes da comunidade são descendentes de um ancestral fundador do grupo chamado Fortunato Machado que nasceu em 1868, filho de Joana Machado e Justino, escravos das famílias Aguiar e Pereira da Silva respectivamente (SHAW; CARDOSO; SILVA). Conta-se que essas famílias tinham terras na Freguesia de Garopaba e que Fortunato teria herdado uma porção dessas terras, depois da abolição da escravidão no Brasil em 1888. Em 1890 já com 21 anos Fortunato se casa com Luiza da Conceição e passam a constituir família, tendo seis filhos. A família tinha na produção do café, a base da sua economia. Plantavam ainda mandioca, a cana-de-açúcar, feijão, milho além de frutas para sustento da sua família. Atualmente a comunidade Morro do Fortunato conta com 36 famílias e têm o título reconhecido pela Fundação Palmares ³ como

³Fundação Cultural Palmares, 2014

sendo comunidade tradicional remanescente quilombola (Revista em quadrinhos realizada em projeto pela Shine a Light)

Igreja de São Joaquim - patrimônio histórico

A igreja de São Joaquim de Garopaba é um exemplar da arquitetura religiosa no litoral brasileiro associado à ocupação portuguesa. Apesar de ter sido construída no século XVIII, teve pouca ou nenhuma influência barroca.

A construção da igreja matriz, juntamente com a da casa paroquial e do cemitério, foi autorizada na década de 1840, após a instalação da Paróquia São Joaquim de Garopaba, em 1846. Já em 1852 a edificação necessitou de seus primeiros reparos, processo que perdurou até 1877 e incluiu a construção de um altar mor e melhorias em geral. Em 1930 iniciou-se a construção de nova torre e escadaria, obra concluída em 1937. Várias obras também foram realizadas desde os anos 1950 até a atualidade.

Inspirada no maneirismo português, a fachada principal apresenta um corpo avançado contendo, na sua linha central, a porta e, ao alto, o “óculo” (abertura que lembra um olho). Em uma das laterais desse corpo principal está a torre sineira e, na outra, a extensão da edificação, com várias aberturas (portas e janelas) na sua fachada. As paredes no interior da igreja apresentam reboco branco.

A igreja foi tombada como patrimônio histórico cultural estadual e [...] a Fundação Catarinense de Cultura, no ano de 1998 através do Decreto nº2.996, toma a Igreja Matriz e seu entorno em cem metros. Justifica sua ação em razão da tradição luso-brasileira do litoral de Santa Catarina, para preservação arquitetônica religiosa, ao proteger documentos que evidenciam as características de ocupação do território (PACHECO, 2012).

Pesca artesanal de tainha - patrimônio cultural

A pesca artesanal da tainha é declarada um patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina, de acordo com a lei nº 15.922/2012 e emprega em torno de 9000 pescadores/as artesanais, além de beneficiar 20000 trabalhadores/as indiretos/as (FEPESC, 2016).

Por outro lado, considerada sob a ótica dos pescadores/as artesanais como uma disputa desigual, a frota de traineiras pertencentes à pesca industrial é reiteradamente motivo de preocupação nas localidades pesqueiras. A união desses fatores culmina na concentração da atividade da pesca, que em Santa Catarina, é desenvolvida por pelo menos quatro grandes empresas exportadoras de gônadas (MPA; MMA, 2015), que tende a aumentar a vulnerabilidade da pesca e dos pescadores/as artesanais catarinenses.

Em suma, a tradicional pesca da tainha é uma atividade que, além de assegurar a alimentação das populações litorâneas, é necessária para manter ativa a economia de municípios que possuem pouca variedade produtiva, como Garopaba. Igualmente, é importante para o aquecimento turístico dessas regiões, que exploram a safra com festas tradicionais e elevam o peixe a carro-chefe nas comemorações gastronômicas. Essa conexão turístico-comunitária só é vista através da pesca artesanal, diferentemente da modalidade industrial, no qual a finalidade é a exploração econômica de maior valor agregado, em termos estritamente monetários. (FERNANDES, 2019)

Carro de boi - patrimônio cultural

Em Garopaba acontece o “Desfile de Carro de Boi”, um dos eventos mais esperados pela população que é realizado junto a Quermesse Comunitária e que tem o objetivo de manter viva uma tradição secular do carro de rodas de ferro usado na tarefa diária do homem do campo.

O carro de boi carrega a memória dos agricultores, que utilizavam (e utilizam) para transportar principalmente a mandioca. O som típico que o carro de boi emite das rodas, permite identificar metros de distância.⁴

Pedra da dedada na Praia do Rosa - patrimônio arqueológico

Segundo Costa (2016), a Praia do Rosa é um dos balneários da região com maior reconhecimento turístico. Em seu canto Sul, junto ao costão denominado pela população local de “Portinho” e ocupado por antigos barracões de pesca tradicional,

⁴ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5122/exposicao-sobre-romaria-de-carros-de-boi-e-inaugurada-em-festa-de-trindade-go#>

situa-se uma série de vestígios de oficina lítica (principalmente afiadores) incrustados sobre rochas de pequeno porte espalhadas junto ao mar e sobre um bloco de diabásio denominado pelos moradores da região como “Pedra da Dedada” (conforme depoimento de Maria Aparecida Ferreira ao autor em 13/01/2016). Paralelamente aos vestígios segue uma trilha que dá acesso à Praia do Luz, em cujo extremo sul situa-se um sambaqui com altura aproximada de 15 metros. O sítio, assim como os demais, também não possui estrutura interpretativa e que oriente o acesso dos visitantes com segurança. Estes elementos apresentam-se como complicadores para seu aproveitamento turístico sustentável.

Vale ressaltar que esse patrimônio cultural foi alvo de vândalos por serem contra a RESEX, que acabou não sendo criada, e virou símbolo de resistência e memória para os moradores da região.

O ato de vandalismo da “Pedra da Dedada” narrado pela entrevistada mostra como um vestígio arqueológico pode ser significado por uma comunidade local e integrar sua identidade enquanto marco simbólico e, ao mesmo tempo, relacionar-se às disputas territoriais. Cobrir a oficina lítica com cimento, neste caso, significou atacar um patrimônio reconhecido por um grupo e por ele valorado simbolicamente para atingir as pessoas e uma causa política, justamente porque este sítio possui aquilo que Dabezies (2011) entende como reconhecimento social. A disputa em torno da ‘Pedra da Dedada’ mostra também a disputa inerente ao processo de patrimonialização, que encara os vestígios arqueológicos

[...] como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e a-históricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração. (FUNARI; FERREIRA, 2015, p. 136).

Bastos (2008, p. 11). defende que o patrimônio arqueológico “deve ser sempre um bem de alcance social, e sua apropriação e seu sentimento de ‘pertença’, todavia deverá ser sempre o elemento mais importante no processo de preservação”. O que a entrevistada crítica nesta sua fala diz respeito a uma tradição autoritária da arqueologia brasileira que vem se modificando desde a democratização política do país (FUNARI; MANZATO; ALFONSO, 2013, apud BUENO, 2011) e que tinha por prática retirar das comunidades os vestígios

arqueológicos considerados significativos para transferi-los a laboratórios e museus nos quais a própria comunidade se via representada.

Butiá - patrimônio natural

O butiazeiro é uma palmeira endêmica do litoral sul do Brasil, ocorre entre Garuva – SC até Osório – RS, em área de restinga e associada ao Bioma Mata Atlântica . Boa parte dos exemplares está no território catarinense, por isso que a planta recebeu o nome “catarinensis”. Existem diversas espécies de butiá no sul do Brasil, como, por exemplo, o *Butia Eriosphata* (butiá-da-serra) no Planalto Serrano, o *Butia odorata* comum no Rio Grande do Sul, no Bioma Pampa. Conhecido popularmente como butiá-da-praia ou butiazeiro, o *Butia catarinensis* ocorre principalmente em solos arenosos a altitudes de 3 a 30 metros acima do nível do mar. A planta pode crescer em campos litorâneos, dunas ou em meio à densa vegetação arbustiva de restinga. Quando crescem sobre as dunas, os butiás contribuem com a fixação da areia. Forma, muitas vezes, pequenos agrupamentos chamados butiazais, como ocorre na região dos Areais da Ribanceira, em Imbituba. Nos ecossistemas de butiazais encontramos uma valiosa diversidade de flora e fauna, com espécies que se alimentam diretamente de seus frutos e ajudam a espalhar as sementes responsáveis por novas mudas.

Sampaio (2011) realizou um estudo nos Areais da Ribanceira em Imbituba/SC com o objetivo de caracterizar o conhecimento ecológico e botânico local dos agricultores com relação ao *Butia catarinensis* nessa área. Foram investigadas formas e finalidades de uso, formas de coleta e manejo, além de reunir informações sobre a cadeia produtiva e buscar entender como o manejo local pode influenciar na reposição de indivíduos dessa população. Foram registradas 18 diferentes finalidades de usos e, entre os mais citados estão o suco, o picolé e a cachaça. (SCHRICKTE, 2019)

Boi de mamão - patrimônio cultural

A brincadeira de boi-de-mamão é de origem europeia e representa a morte e a ressurreição do boi depois de uma benzedura. Além do boi, existem outros personagens, entre eles a bernúcia, o vaqueiro, Mateus, o feiticeiro, Maricota, urubu,

cavalinho, cabra urso. O boi-de-mamão é uma brincadeira divertida e uma tradição da cultura popular catarinense. (FARIAS, 2011)

Dunas da Ribanceira - patrimônio paisagístico

As Dunas da Ribanceira possuem relevância, especialmente se considerado o contexto da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, onde se destaca o fato de serem dunas móveis, servirem ao lençol freático, abrigarem em diversas áreas vegetação característica e nativa, dentre estas a palmeira butiá, e espécies da fauna sob risco de extinção, como é o caso do réptil *Liolaemus occipitalis* Boulenger, que tem nessas seu habitat (COSTA, 2015).

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa pretende-se estabelecer um elo ainda mais sólido, entre o IFSC Campus Garopaba e a comunidade local. Pretende-se ampliar o número de protetores dos patrimônios de ambos municípios, conscientizar os turistas, já que Garopaba e Imbituba investem expectativas de massa sazonal, concentrada totalmente no verão.

Este trabalho visa despertar o interesse dos jovens pela educação patrimonial e ambiental. É importante ressaltar, que por conta da pandemia não foi possível aplicar o jogo na escola da rede municipal. As escolas, ao longo da produção deste trabalho, estiveram fechadas, e não foi possível gerar dados sobre o aprendizado das crianças, fica a sugestão para futuros trabalhos educacionais, por aplicarem o jogo e produzir um questionário para definir o quanto o jogo pode ser um facilitador de conhecimento.

Um possível desdobramento para este trabalho, é viabilizar o jogo para as escolas da rede municipal, em parceria com as prefeituras. A ideia seria ampliar o número de patrimônios, e deixar o jogo ainda mais completo.

A expectativa aqui, é de levar adiante o projeto, e ampliar os conhecimentos patrimoniais e ambientais, tanto nas crianças quanto nos adultos, e ainda servir como instrumento de ensino para os professores.

O modelo de desenvolvimento exógeno (MIELKE; GANDARA, 2009) implementado em Imbituba tornou a cidade dependente de investimentos externos nem sempre contínuos e de decisões federais que impactam positiva e negativamente, como no caso da Indústria Carboquímica Catarinense com sua herança de passivos ambientais, sociais e econômicos (SOUZA, 2007). Em ambos os municípios, porém, os modelos de desenvolvimento adotados não promoveram um desenvolvimento sustentável, na medida em que seus resultados não apresentam as dimensões do ecodeenvolvimento (SACHS, 2006) e não atenderam ao pressuposto do ecológico enquanto restrição e do econômico como dimensão instrumental (SACHS, 2006).

Os dados do IBGE aqui discutidos demonstram que os índices de desenvolvimento humana e a renda média da população nos municípios estão abaixo das médias estaduais, e que o turismo de vilegiatura em Garopaba resultou em um processo de desterritorialização identitária da população, que se define como

nativa, e de destruição do patrimônio do cultural. A sustentabilidade cultural, cabe realçar, constitui uma das dimensões do ecodesenvolvimento de Sachs, tendo na valorização da memória histórica um importante mecanismo de fortalecimento identitário (BRENNER, 2005).

X. REFERÊNCIAS

ALVIM, Alexandra Lis. Sobre tantas Garopabas: a construção do discurso turístico no litoral catarinense. Rosa dos Ventos, v. 6, n. 2, 2014, p. 217-228.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (Estado). Constituição (2017).

Projeto de Lei nº PL.0224.4/2017, de 04 de julho de 2017. . Florianópolis, SC, Seção 59. Disponível em:

http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2017/PL__0224_4_2017_Original.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

BASTOS, Rossano Lopes. **Uma arqueologia dos desaparecidos**: identidades vulneráveis e memórias partidas. São Paulo: Iphan, 2010.

BESEN, José Artulino. São Joaquim de Garopaba: Recordações da Freguesia (1830-1980). 2ª ed. Passo Fundo, RS: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1996.

BITENCOURT, Fernando. **Armações baleeiras**: da Costa Basca a Garopaba. Garopaba, SC: Edição do autor, 2005.

BRASÍLIA. Iphan. Iphan. **Patrimônio material**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [constituicao_federal_art_216.pdf \(iphan.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 3 de abr. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico. Disponível em: [Del0025_37 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1937/0025.htm). Acesso em: 3 de abr. 2021.

BRENNER, Eliane. Uma contribuição teórica para o turismo cultural. Habitus, v. 3, n. 2, 2005, p. 361-372.

BUENO, Lucas de Melo Reis. **Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda?** Revista Esboços, v.18, n. 26, 2011, p. 55-72.

COSTA, Viegas Fernandes da. **Tombamento das dunas da ribanceira do município de imbituba (SC): parecer técnico de história.** parecer técnico de história. 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/viegasdacosta/tombamento-das-dunas-da-ribanceira-do-municipio-de-imituba-sc-parecer-tnico-de-histria>. Acesso em: 2 fev. 2021

COSTA, Viegas Fernandes da. **Turismo arqueológico e desenvolvimento sustentável: a possibilidade de aproveitamento do patrimônio arqueológico pré-colonial dos municípios de Garopaba, Imaruí e Imbituba (sc) para a promoção do desenvolvimento sustentável na região.** 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGRD do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb, Blumenau, 2016.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; LUZ Elaine Coelho da; NEU Márcia Fernandes Rosa. **Uma aventura pela história de garopaba.** Palhoça: Ed. Unisul, 2011.

DABEZIES, Juan Martín. Propuesta metodológica de selección de sitios arqueológicos para elaborar un producto turístico. Intersecciones en Antropología, nº 12, 2011, p. 305-318.

FERNANDES, Arthur da Rosa. **A pesca artesanal da tainha em santa catarina: influência climática, supersafras e o exemplo de garopaba.** 2019. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019

FEPESC – Federação dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina. 2016. **Relatório da safra de tainha de 2016.** Não publicado.

Fundação Catarinense de Cultura. **PESCA ARTESANAL DA TAINHA RECEBE CERTIFICADO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL DE SANTA CATARINA.** 2019. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/21743-pesca-artesanal-da-tainha-sera-certificada-como-patrimonio-imaterial-de-santa-catarina>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A.. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo: Zahar, 2006. 70 p.

FUNARI, Pedro Paulo; FERREIRA, Lúcio Menezes. Desafios para a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil. In. CAMPOS, Jussef Daibert Salomão de. (org.). Patrimônio cultural plural. Belo Horizonte: Arraes, 2015, p. 135-143.

FUNARI, Pedro Paulo; MANZATO, Fabiana; ALFONSO, Louise Prado. El turismo y la arqueología en el Brasil: una mirada postmoderna. WASSLOWSKI, Alexander Herrera. Arqueología y desarrollo en América Del Sur. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013, p. 37-56.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOULARTI FILHO, Alcides. Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE. **Cidades e Estados.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e->

estados/sc/imbituba.html. Acesso em: 08 mar. 2021.

IPHAN. **Patrimônio cultural.** 2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 17 mar. 2021.

IPHAN. **Patrimônio arqueológico.** 2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>. Acesso em: 17 mar. 2021.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:** histórico, conceitos e processos. Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf.
Acesso em: 20 mar. 2021.

ISMÉRIO, Clarisse **Educação patrimonial: promovendo o desenvolvimento regional a partir do patrimônio cultural.** Revista de história e geografia ágora, [S.L.]Bagé (RS), v. 17, n. 02, p. 24-31, jul/dez. 2015. – URCAMP. DOI: 10.17058/agora.v17i2.6589

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MIELKE, Eduardo, GANDARA, José Manoel. Das teorias “de cima para baixo” e desenvolvimento regional: uma análise crítica no contexto da organização da atividade turística. In. SOUSA, Cristiane Mansur de Moraes, THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Regional: abordagens contemporâneas. Blumenau (SC): Edifurb, 2009, p. 85-112.

MPA; MMA. Plano de Gestão para o uso Sustentável da Tainha, Mugil liza Valenciennes, 1836, no sudeste e sul do Brasil. Brasília, 2015.

MARTINS, Manoel de Oliveira. Imbituba: história e desenvolvimento, s.d.

PACHECO, Larissa Migliavacca. **Centro histórico de Garopaba (SC): relações entre patrimônio e identidade.** In. CASTELLS, Alicia Norma González de; NARDI, Letícia (orgs.). PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADE CONTEMPORÂNEA. Florianópolis, 2012, p. 143-157

PORTO DE IMBITUBA. **O projeto Costa do Butiá.** Disponível em: http://www.portodeimbituba.com.br/downloads/ambiental/Cartilha_Costa_Butia.pdf. Acesso em: 8 mar. 2021.

Prefeitura Municipal de Garopaba. **Inscrições abertas para o 19º Desfile de Carro de Boi de Garopaba.** 2019. Disponível em: <https://www.garopaba.sc.gov.br/noticias/ver/2019/05/inscricoes-abertas-para-o-19-desfile-de-carro-de-boi-de-garopaba>. Acesso em: 08 mar. 2021.

RAIMUNDO, Maria da Conceição Moreira Barreto. Imbituba (SC) e a baleia franca: da matança à preservação. In. **X Encontro Regional Sudeste de História Oral: Anais.** Campinas (SP), 2013. Campinas (SP): UNICAMP, 2013, p. 1-10.

SACHS, Ignacy. Em buscas de novas estratégias de desenvolvimento. In. SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPAIO, L. K. **Etnobotânica e Estrutura Populacional do Butiá, Butia catarinensis Noblick & Lorenzi (Arecaceae) na comunidade dos Areais da Ribanceira de Imbituba/SC.** 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2011.

SCHRICKTE, Bianca Lindner. **Dinâmica Populacional e Uso do Butia catarinensis Noblick & Lorenzi (Arecaceae) no Litoral Catarinense.** 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Recursos Genéticos Vegetais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SCPar Porto de Imbituba. **Programa de Educação Ambiental da SCPar Porto de Imbituba Projeto Costa Butiá.** 2019. Disponível em:

http://www.portodeimbituba.com.br/downloads/ambiental/Cartilha_Costa_Butia.pdf.

Acesso em: 10 mar. 2021.

- SPERB, Matias Poli; QUEIRÓZ, Françoise da Silva. **Percepción de los Residentes sobre el Desarrollo del Turismo Costero en el Municipio de Garopaba - SC:** una propuesta metodológica. *Turismo em Análise*, v. 24, n. 2, 2013, p. 230-247.

- SPERB, Matias Poli; SERVA, Maurício; FIRMINO, Fabiana dos Santos. **Turismo e desarrollo socioeconómico de tres municipios del litoral centro-sul de Santa Catarina, Brasil.** *ABET*, v. 3, n. 3, 2013, p. 43-54.

SOLLER, Juliane Magagnin da; CASTROGIONANNI, Antonio Carlos. **Geografia e turismo: caminhos e desafios para a complexa leitura do patrimônio de Garopaba (SC).** *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 7, n. 1, 2014, p. 198-214.

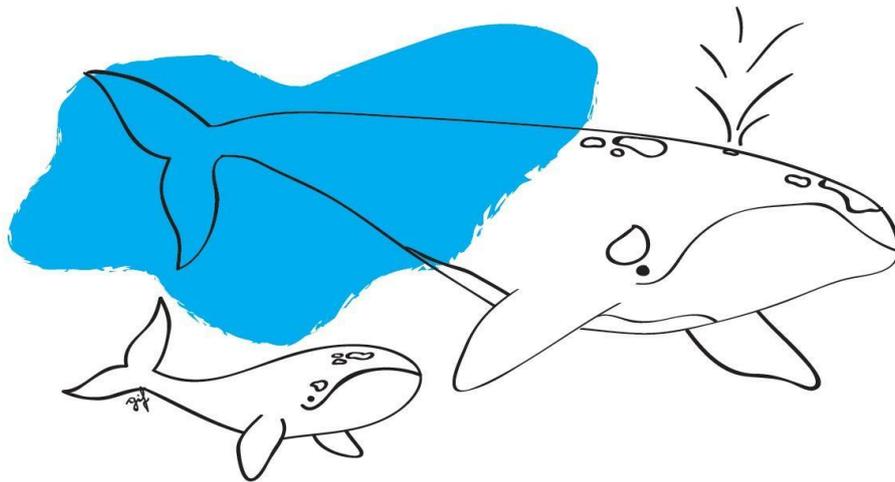
SOUZA, Monique Latrônico de. A indústria carboquímica catarinense em Imbituba: uma história encoberta pela fumaça vermelha. *Santa Catarina em História*, v. 1, n. 1, 2007, p. 99-107.

ZANK, S.; ÁVILA, J.V.C.; HANAZAKI, N.. **Compreendendo a relação entre saúde do ambiente e saúde humana em comunidades Quilombolas de Santa Catarina: Aprendendo a relação entre saúde do ambiente e saúde humana em comunidades Quilombolas de Santa Catarina.** *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, [S.L.]Florianópolis (Sc), v. 18, n. 1, p. 157-167, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1983-084x/15_142.

XII.APÊNDICE I

Imagens ilustrativas do Jogo proposto

Baleia Franca



Patrimônio natural

Morro do Índio



Patrimônio Arqueológico

Quilombo Morro do Fortunato



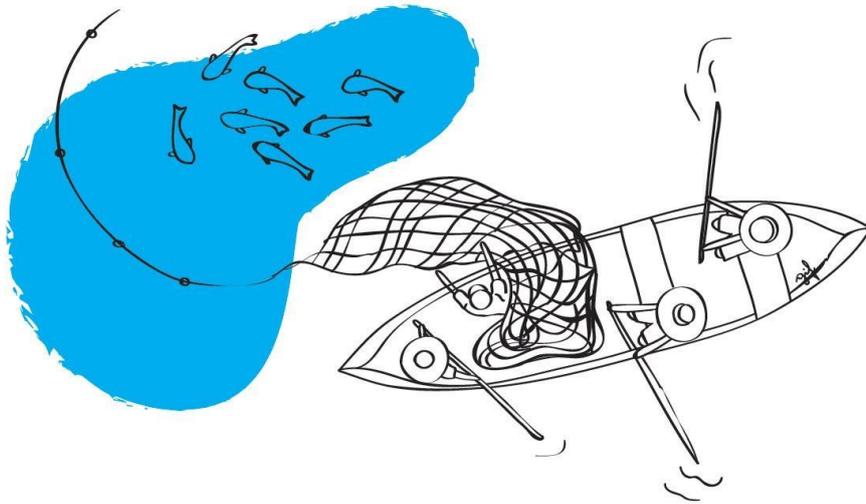
Patrimônio cultural

Igreja de São Joaquim



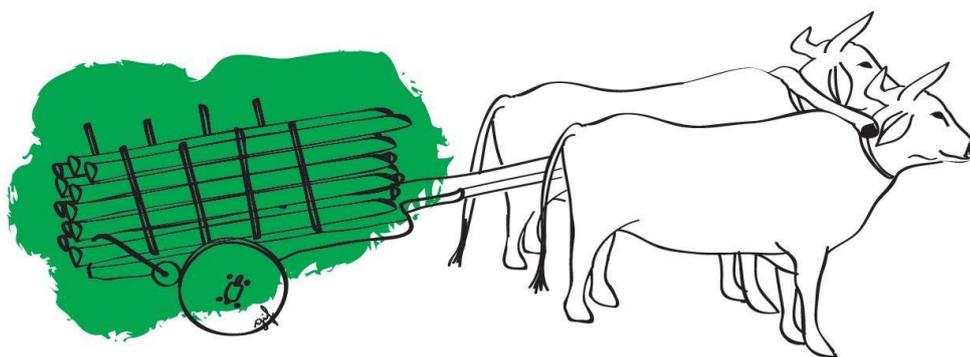
Patrimônio Histórico

Pesca Artesanal da Tainha



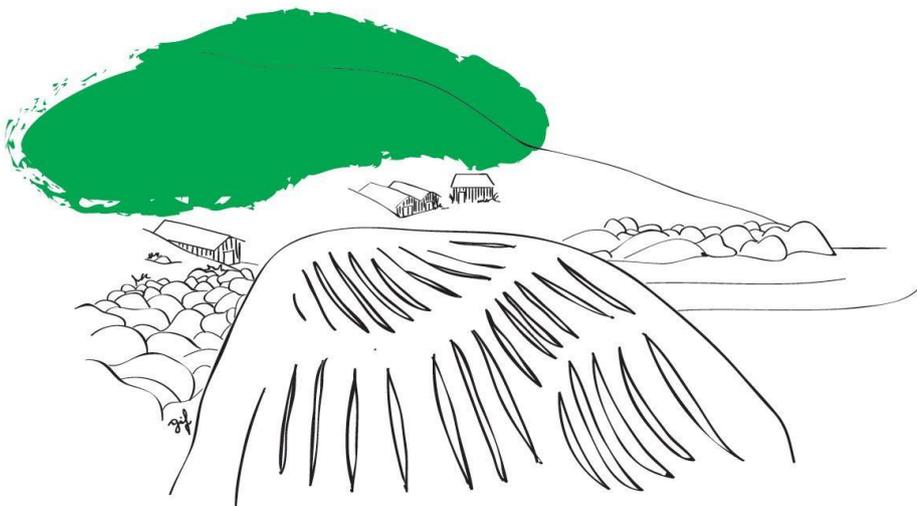
Patrimônio cultural

Carro de Boi



Patrimônio Cultural

Pedra da Dedada na Praia do Rosa



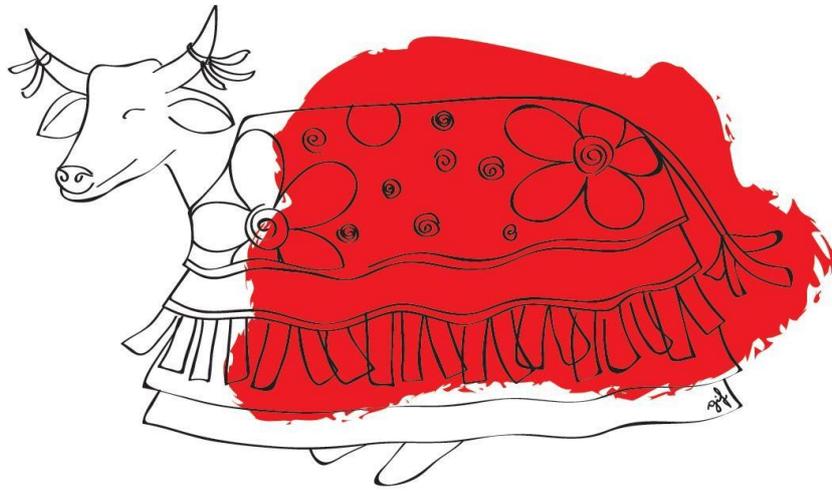
Patrimônio Arqueológico

Butiá



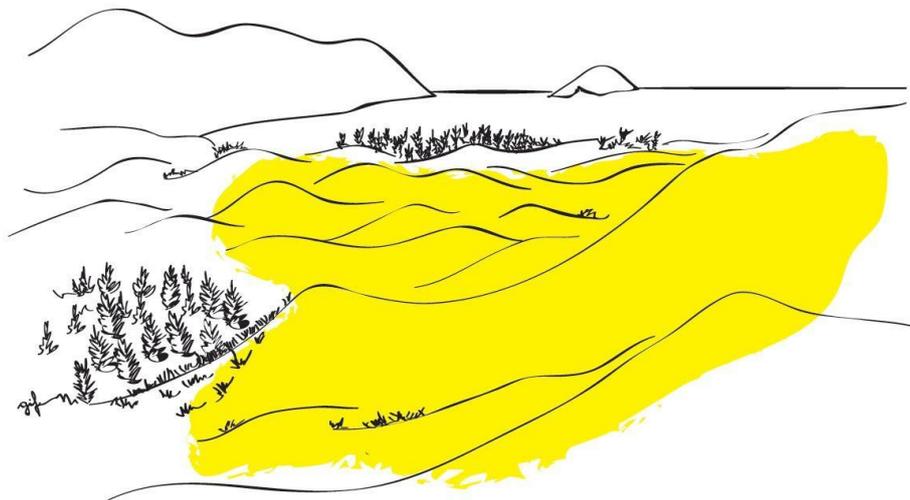
Patrimônio Natural

Boi de Mamão



Patrimônio cultural

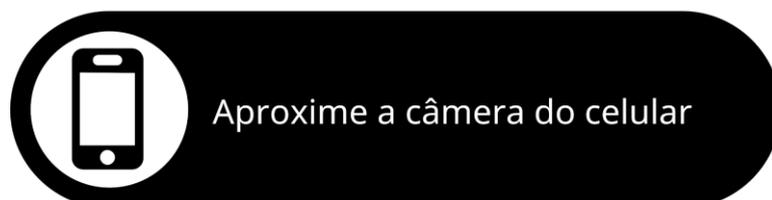
Dunas da Ribanceira



Patrimônio Paisagístico



XIII.APÊNDICE II
QR code de acesso à plataforma



Link: <https://flamaffei.wixsite.com/jogodopatrimonio>